

A Dona sem Voz: Uma análise da reportagem “Furacão Dilma” feita pela Revista Poder Joyce Pascowitch¹

Claudia Bardal SÓRIA²

Sâmela Soraia SARTIN³

Universidade de Brasília, Brasília, DF

Centro Universitário de Várzea Grande, Várzea Grande, MT

RESUMO

Este artigo pretende entender como a identidade da presidente Dilma Rousseff foi criada para a reportagem de capa Senhora do Destino, da revista Joyce Pascowitch, uma vez que fica claro o não-envolvimento da personagem principal na construção do perfil, pois não há nenhuma menção à entrevista feita pela jornalista Inês Graçoni com a chefe de Estado. Assim, o corpus deste estudo é formado pela reportagem apresentada na revista. Deste material, selecionou-se os partes compositivas e expressões do texto, pois trazem marcações passíveis de uma análise mais contextualizada ao momento político pelo qual o Brasil passa, no início da segunda década do século XXI. Para tanto, utilizou-se como metodologia de trabalho a análise de discurso para descobrir o que o enunciado realmente quer dizer e o contexto em que foi produzido.

PALAVRAS-CHAVE: representação; significação; mulher; poder.

INTRODUÇÃO

O discurso da presidente Dilma Rousseff na abertura da Assembléia Geral da ONU, em setembro de 2011, teve efeito nas várias mídias onde foi publicado ou transmitido, principalmente em âmbito nacional. E, aproveitando o momento, a revista Poder Joyce Pascowitch também fez sua fala, que, segundo a autora-jornalista Inês Garçoni, “mereceu 15 longos segundos de aplausos”. Garçoni explica que “Poder teve acesso aos bastidores do Planalto”, no subtítulo da reportagem de capa da edição de outubro de 2011, sob a chamada “Senhora do Destino”. Mas o que chama a atenção para a principal matéria é a falta da presença de Dilma Rousseff, ou seja, a jornalista não a entrevista, usa uma ou outra frase que diz ser de autoria da presidente. São oito páginas de texto (páginas 22 a 29) e quem valida o texto jornalístico são alguns assessores e auxiliares não-nomináveis, professores de universidades, além de adversários políticos.

¹ Trabalho apresentado no GP Jornalismo Impresso do XII Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UnB, email: cbdoria@gmail.com

³ Mestre e Coordenadora do Curso de Sistemas de Informação da UNIVAG, email: samelasartin@gmail.com

Desta forma, o que se pretende com este artigo é entender como a identidade da presidente Dilma foi criada para a reportagem, uma vez que fica claro que não há envolvimento da personagem principal na construção do perfil. Assim, o corpus deste estudo é formado pela reportagem de capa Senhora do Destino, intitulada Furacão Dilma, da revista Joyce Pascowitch, edição de outubro de 2011, nº44. Deste material, selecionou-se o título, subtítulo, entretítulos e o texto propriamente dito da matéria, que possibilita pelas marcações realizadas pela jornalista uma análise mais contextualizada ao momento político pelo qual o Brasil passa, pós-eleição da primeira presidente mulher. Utilizou-se, então, como metodologia de trabalho, a análise de discurso para descobrir o que o enunciado realmente quer dizer e o contexto em que foi produzido.

ABORDAGEM TEÓRICA

Para entender a fórmula usada pela jornalista Inês Garçon, é preciso recorrer a algumas bibliografias para embasar esta análise. Desta forma, alguns conceitos, como identidade, representação e cultura são necessários, pois trata-se de uma matéria sobre a identidade de Dilma e que, conforme Woodward (2012, p. 10), “é tanto simbólica quanto cultural”. E Foucault (*in* ALSINA, 2009, p. 95) complementa ao dizer que,

cada sociedade possui regras que ditam sua verdade, “sua política geral” da verdade: ou seja, os tipos de discurso que recebe e faz funcionar como verdadeiros ou falsos, o modo como cada um deles regulamenta suas leis; as técnicas e os procedimentos que se levam em conta para obter a verdade; o estatuto dos que estão encarregados de dizer o que funciona como realmente verdadeiro.

E a sociedade brasileira não é diferente desta premissa. Tem seus próprios códigos para determinar e rejeitar discursos, simbologias e significações, apesar da ocidentalidade e da contemporaneidade. Desta forma, também pode fazer nascer novos símbolos e significados sociais e culturais, trazendo o que Castells (*apud* BENAZZI, 2011, p.02) explica que

a identidade é o processo de construção de significado fundamentado em um ou mais atributos culturais inter-relacionados que prevalece sobre outras fontes de significado. É também processo que contém força suficiente para delimitar as subjetividades relevantes e auto-avaliações significativas, que não estão sujeitas a variações rápidas no curso do tempo. Calçadas, portanto, nas percepções sobre si mesmo. Os papéis comuns que o homem comum desempenha [...] são frutos social de normas e condutas individuais no contexto das instituições e organizações. Sua origem, portanto, é contextual, referencializada e tem função muito mais precária como influenciador de comportamentos na medida em que tal influência está sujeita às negociações entre o indivíduo e as estruturas sociais de onde brotam.

Assim, surgem novos sentidos, que são explicados pela representação que,

inclui as práticas de significação e os sistemas simbólicos por meio dos quais os significados são produzidos, posicionando-nos como sujeito. É por meio dos significados produzidos pelas representações que damos sentido à nossa experiência e àquilo que somos [...]. A representação, compreendida como um processo cultural, estabelece identidades individuais e coletivas e os sistemas simbólicos nos quais ela se baseia fornecem possíveis respostas às questões: Quem sou? O que eu poderia ser? Quem eu quero ser? Os discursos e os sistemas de representação constroem os lugares a partir dos quais os indivíduos podem se posicionar e a partir dos quais podem falar. Woodward (2012, p. 17-18).

Ao se manifestarem, expressarem suas dúvidas essenciais, os indivíduos criam discursos e criam novos mecanismos de interação social, que os mantêm ligados ou não aos seus grupos de origem. Araújo e Biroli (2011, p. 136) explicam que

a identidade atribuída e/ou construída socialmente emerge como um marcador de capacidades de inclusão e exclusão. Identidade e diferença são, portanto, parte da organização social da vida moderna e da constituição da própria democracia representativa. O que parece haver de novo, portanto, não são a identidade e a diferença, mas, sim, a emergência de novas categorias em torno das quais a diferença se organiza e orienta as ações dos atores sociais, não mais como exclusão, mas como inclusão.

E, neste ponto, há uma ressalva importante feita por Phillips (*apud* ARAÚJO E BIROLI, 2011, p. 139) afirma que

dar muito peso às identidades produz uma subestimação da importância das idéias, podendo conduzir ao bloqueio de alianças necessárias às mudanças políticas. A representação deve considerar, portanto, que o importante não é apenas estar lá, pois isso seria apenas uma mudança cultural [...].

Essa mudança cultural por si só não é eficaz. Há a necessidade de uma mudança mais ampla, uma mudança de paradigmas culturais que consigam transformar o social também.

Thompson (2009, p.176) argumenta que

cultura é o padrão de significados incorporados nas formas simbólicas, que inclui ações, manifestações verbais e objetos significativos de vários tipos, em virtude dos quais os indivíduos comunicam-se entre si e partilham suas experiências, concepções e crenças.

E, Morin (*apud* ALSINA, 2009, p. 105-106) acrescenta que

a cultura, que é o aspecto intrínseco da sociedade humana, está organizada e, ao mesmo tempo, organiza o veículo cognitivo que é a linguagem, a partir do capital cognitivo coletivo; dos conhecimentos, das habilidades adquiridas, e das experiências vividas, da memória histórica, das crenças míticas de uma sociedade. Assim manifestam-se “as representações coletivas”, a “consciência coletiva”, a “imaginação coletiva”. E a partir do capital cognitivo, a cultura dita as regras e as normas que organizam a sociedade e que controlam os comportamentos individuais. As regras e as normas culturais geram processos sociais e regeneram de maneira global a complexidade social que foi adquirida por essa mesma cultura.

Estas mudanças começam a ocorrer no Brasil, pouco a pouco. A sociedade deu um passo em direção a uma mudança nas regras socioculturais estabelecidas desde há muito no país, ao eleger uma mulher para a instância máxima do Poder Executivo.

A mulher, na maioria das sociedades, não era reconhecida como cidadã. Demorou para romper a dicotomia público-privado. Isto trouxe várias e graves consequências para a evolução de seu *status* jurídico. Araújo e Biroli (2011) explicam que, desde o século XVII, há uma reprodução das desigualdades do masculino e do feminino e uma naturalização da dualidade entre o público e o privado.

Há uma naturalização da dualidade entre o público e o privado e a institucionalização das diferenças entre os sexos na modernidade. [...] A correspondência entre a dualidade entre o público e o privado e a institucionalização das diferenças entre os sexos, mas não só permite sustentar o indivíduo universal e abstrato, como uma realidade jurídica e normativa, ao mesmo tempo que restringe a autonomia de uma parcela dos indivíduos. (ARAÚJO E BIROLI, 2011, p. 157)

Para a ONU (CEPAL, 2010),

esta alocação dicotômica dos espaços tem tido graves consequências para as mulheres, já que serviu e tem estado na base do status jurídico diferente que lhes designaram em relação aos homens na sociedade: estes foram reconhecidos como cidadãos com plenos direitos para participar das decisões do Estado e na vida pública, enquanto as mulheres foram circunscritas à esfera privada e, principalmente, ao âmbito doméstico.

Desta maneira, pode-se examinar as relações sociais e a divisão do mundo real entre homens e mulheres, pois

gênero é uma categoria gramatical que divide os substantivos em masculinos, femininos e, em algumas línguas, neutros. Esta categorização salienta a frequente concorrência entre classificações biológicas e gramaticais. Cada categoria (masculina e feminina), porém, contém itens que não tem sexo, como “cadeira”, e, algumas vezes, itens que se referem a ambos os sexos, como “criança”. Gênero opõe-se a sexo, como categoria biológica. Alguns autores, principalmente as feministas, no entanto, usam o conceito gênero quando se referem a um status “adquirido” socialmente [...] (e não apenas a uma categoria gramatical), e sexo quando se refere à herança biológica. Nesta concepção, gênero é uma categoria sociossexual e não gramatical. (COULTHARD, 1991, p. 32)

Essas categorias sociossexuais marcam a história social do mundo, pois o macho-homem sempre foi o mais forte da espécie. Assim, dominava a mulher-fêmea. Com esta imposição por meio da força física e das atitudes bélicas, nasceram os sistemas de valores, de propriedade e de trocas. Criou-se o sistema de dominação e de escravidão. As mulheres ficam retidas ao ambiente privado do lar, da família, da casa. Esta atitude reflete a

propriedade, a obediência ao marido e o poder marital-patriarcal exerce-se rigorosamente sobre a esposa e seus bens (SÓRIA, 2003).

Séculos após extrema submissão, as mulheres começam a despertar. Lutam por direitos e espaços em um mundo masculino. Acumulam funções, sobrecargas de trabalho e continuam a ser mães, esposas e donas-de-casa. Ao ocupar lugares antes do homem, há uma reação violenta dos setores tradicionais da sociedade, pois as mulheres ameaçam o *status quo* masculino. Mesmo sobrecarregadas pela dupla jornada (trabalho renumerado mais trabalho doméstico), “as mulheres ainda conseguiram abrir brechas na estrutura do poder” (SÓRIA, 2003, p. 119).

A hegemonia masculina sente-se ameaçada com o contrapoder feminino. Dijk explica que devido a resistência de grupos dominados,

sob condições econômicas, históricas ou culturais específicas, tais grupos podem envolver-se com várias formas de resistência, ou seja, com o exercício de um contrapoder, o que, a seu turno, pode tornar o poderoso menos poderoso, ou até mesmo vulnerável, situação típica das revoluções. Portanto, o exercício do poder não se limita simplesmente a uma forma de ação, mas consiste em uma forma de interação social. (DIJK, 2010, p. 43)

Assim, é preciso entender poder como

não só uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao poder, forma saber, produz discurso. Deve-se considerá-lo como uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social muito mais do que uma instância negativa que tem por função reprimir (FOUCAULT, 2011, p. 8).

De posse destes conceitos, é preciso conhecer qual o papel da jornalista na construção da identidade da presidente Dilma. Ao levar em conta que o homem criou formas simbólicas para ver e entender o mundo percebe-se que uma dessas formas foi a linguagem e, conseqüentemente, a comunicação. Chillón *apud* Alsina (2009, p. 40) explica que a

comunicação é o ato de tornar comum as experiências particulares através dos enunciados, no intuito de estabelecer acordos intersubjetivos sobre o “mundo de todos”, o conjunto de mapas que compõem a cartografia, que, em função de uma convenção cultural, chamamos de realidade.

Uma das formas mais utilizadas para estabelecer estes acordos, se dá por meio da notícia. Alsina (2009, p. 12) explica que “a notícia é a narração de um fato ou o reescrever de uma outra narrativa”. E define notícia (*op. cit.*, p. 14), como sendo “uma representação social da realidade cotidiana, gerada institucionalmente”, na tentativa de reconstruir a realidade.

Desta forma, o autor (*op. cit.*, p. 12) define “o jornalista como produtor da realidade social”.

E, reforça (*op. cit.*, p. 47) que

os jornalistas tem um papel socialmente legitimado e institucionalizado para construir a realidade social como realidade pública e socialmente relevante. Portanto, essa relação entre o jornalista e seus destinatários estabelece-se por um contrato pragmático fiduciário⁴ social e historicamente definido. Os jornalistas tem a incumbência de recopilar os acontecimentos importantes e dar-lhes sentido. Esse contrato baseia-se em atitudes epistêmicas coletivas, que foram se compondo através da implantação do uso social da mídia como transmissores da realidade social de importância pública. A própria mídia é a primeira que realiza uma prática contínua de autolegitimação para reforçar esse papel.

Alsina (2009, p.15) também reforça que “a notícia é uma produção do discurso e que como tal requer um processo de elaboração textual”. Este processo da elaboração textual passa a ser uma representação da realidade por meio dos acontecimentos retratados pela mídia jornalística.

A mídia jornalística, por seu lado, tem como função básica

o fornecimento e a construção seletiva do conhecimento social, do imaginário social através do qual percebemos os ‘mundos’, as ‘realidades vivenciadas’ dos outros e reconstruímos imaginariamente suas vidas e as nossas em um ‘mundo global’, inteligível, em uma ‘totalidade vivenciada’. Isto é, a mídia fornece discursos a partir dos quais os grupos ou as classes constroem uma imagem das vidas, significados, práticas e valores de outros grupos ou classes sociais e sobre a sua situação com relação ao quesito globalidade. (ALSINA, 2009, p. 71).

Desta forma, evidencia-se que a mídia jornalística interfere na construção da realidade, conforme são feitas as edições dos acontecimentos.

ANÁLISE

A revista Poder – Joyce Pascowitch surgiu em fevereiro de 2008, sob o comando da jornalista Joyce Pascowitch. A revista é mensal e está em sua 44ª edição. Tem 112 páginas, sem contar capa e contra-capas. O miolo da revista vem intercalado de matérias jornalísticas de entretenimento para um público acima dos 30 anos, com alto poder aquisitivo, preferencialmente masculino, o que fica claro devido às outras matérias, que abordam moda masculina, carros e barcos de luxo. A revista é colorida, em papel couchê, 120 gramas. Tem

⁴ Alsina (2009, p. 12) explica que “para que um discurso seja efetivamente informativo, deve acontecer um contrato pragmático fiduciário. Devemos acreditar que isso que se diz é verdade, e que aconteceu de fato assim mesmo. Se um jornal, digamos, não tem credibilidade, suas informações perdem o sentido virtual e não servem para a informação. O contrato pragmático fiduciário da mídia é um produto histórico da institucionalização e da legitimação do papel do jornalista”.

uma diagramação despojada, casual. Mesmo nas matérias que tratam assuntos mais sérios, busca nas cores e na diagramação recursos para suavizar os temas abordados.

Já a jornalista Inês Garçoni trabalhou como repórter da IstoÉ e foi editora de política do Jornal do Brasil. Entre seus temas preferidos para reportagens, trabalhou com corrupção, miséria e violência. Atualmente, é repórter do site Glamurama e das revistas editadas pela jornalista Joyce Pascowitch.

E, em vista do problema posto, analisou-se a questão com base em termos textuais utilizados na matéria para construir a identidade da presidente Dilma Rousseff.

Primeiro, ao analisarmos a chamada de capa “Senhora do Destino”, esta nos remete à novela da Rede Globo, de Aguinaldo Silva, exibida em horário nobre, de 28 de junho de 2004 a 12 de março de 2005⁵. A novela contava a história de Maria do Carmo, nordestina que “toma as rédeas de sua vida” e muda-se para São Paulo, para ter melhores condições de educar seus filhos. A primeira parte da novela passa durante o regime militar. Assim, ao examinar a chamada de capa e este contexto novelístico, com a chegada de Dilma ao Planalto, a metáfora faz sentido. A questão agora é que ela está à frente de sua vida e dos brasileiros, que está domando o destino e colocando a vida nos eixos. Aqui, percebe-se a quebra de paradigmas exposta logo acima. Dilma sai do espaço privado, próprio da mulher, secularmente instituído, e assume o poder ao se eleger para a Presidência da República do Brasil. Araújo e Biroli (2011, p. 156) colocam que

existem tensões entre o exercício de papéis na vida pública e na vida privada que são retratadas como parte da inserção das mulheres na vida política e na vida pública. Contudo, estas tensões não aparecem quando os homens são representados, mesmo quando há menções à sua vida doméstica. No caso deles, homens, a ausência da vida doméstica parece ser complementar a uma vida pública de sucesso e naturalizada desta forma, enquanto, no caso delas, a afinidade com a vida doméstica e familiar justificaria a sua ausência da vida pública, e até mesmo o desinteresse pela política.

E, quando se abre a revista Poder nas páginas 22 e 23, depara-se com o título “Furacão Dilma”. Aqui, a presidente além de “tomar as rédeas de sua vida”, apresenta-se como

ventania devastadora; aquilo que destrói com rapidez, grande tumulto; manifestação extremada de sentimentos; o que se move com violência e ímpetos extremados (Houaiss, 2001, p. 1406).

⁵ Disponível em <http://memoriaglobo.globo.com/Memoriaglobo/0,27723,GYN0-5273-227051,00.html>. Acesso em 05/12/11.

O que pode ser entendido como uma força negativa. Mas é importante lembrar que, apesar de destruir velhos modelos socioculturais, também está construindo novas formas de relações em vários âmbitos sociais. Isto mostra que, ao escrever o título, Garçoni utilizou algo muito representativo, uma vez que vários países, inclusive o Brasil, tiveram furacões ou intempéries climáticas violentas, no último ano. Assim, tem grande apelo jornalístico e o leitor é orientado do que deve esperar ao ler o conteúdo. A argumentação é conhecida e, também, facilmente percebida pelo leitor, já que ele conhece o contexto/cenário do que será exposto.

O título e o subtítulo ainda trazem uma atmosfera emotiva e ideológica para a narrativa, dando um aspecto terminativo ao utilizar o termo “*Furacão Dilma*”, estabelecendo, assim, uma sentença curta, taxativa e superlativa. E ainda reforça mais ao complementar essas características utilizando, no subtítulo, as frases “*primeira mulher presidente*”, “*causa uma revolução em Brasília*”, “*atrair a simpatia da oposição*”, “*colocar em xeque o sistema de governo por coalizão*”. O leitor encontra o tecido textual marcado e, desta forma, conhece o ângulo que a reportagem apresenta.

Outra marca bastante significativa no subtítulo é “*bastidores do Planalto*”. Por bastidores, Houaiss (2011, p. 413) entende “ambiente fora do alcance do grande público em que resoluções são tomadas e ações são empreendidas; intimidade”. Porém, o Palácio do Planalto é a sede do Poder Executivo Federal, onde está o Gabinete Presidencial do Brasil⁶. E, por sua vez, ocupado hoje pela presidente Dilma Rousseff. Categoricamente, Garçoni já cria uma expectativa de ambiguidade velada entre as características femininas e masculinas da presidente, pois, no mesmo texto, usa a expressão “*atrair a simpatia da oposição*” e “*onde impera o estilo ríspido e exigente*”.

Na primeira parte da construção do perfil, a jornalista usou várias expressões para descrever a postura atual da presidente que remetem ao âmbito militar e policial, uma referência ao passado de guerrilheira de Dilma, tais como “*modus operandi*”, “*demonstra firmeza, segurança e agilidade*”, “*comandante da sétima maior economia do mundo*”, “*terceira mulher mais poderosa do planeta*”, “*fama de intransigente e autoritária*”, “*sou uma mulher durona*”, “*as paredes do Planalto já guardam muitos segredos*”, “*estilo ‘explosivo’*”, “*ela usa palavras duras*”, “*expressões ferinas*”, “*não perdoou*”, “*foi expulso*”, “*tratamento ao*

⁶ Disponível em <http://www2.planalto.gov.br/presidencia/palacios-e-residencias-oficiais/palacio-do-planalto>. Acesso em 12/12/2011.

qual os colaboradores estão acostumados é outro: de choque”. O uso abusivo destas expressões leva o leitor a construir a imagem de um militar, acostumado a dar ordem, a ter o total controle sobre o que está acontecendo sob o seu mando, a ser exigente, controlador e disciplinar com seu batalhão. Pinto (1999, p. 77) explica que

pelo uso de modalidades representativas e expressivas, o enunciador parece colocar o destinatário como avalista final das representações e avaliações que faz no seu texto, aparentemente lhe concedendo um poder compartilhado.

Depois, a jornalista suaviza e leva o texto para outra dimensão, mais pessoal, mais feminina, portanto, mais delicada, o que a torna (pelos parâmetros culturais estereotipados da sociedade) mais compreensiva. Essa dimensão é marcada pelo primeiro entretítulo da matéria – “*Salve Simpatia*”⁷, uma referência ao samba-jazz de Jorge Ben Jor. Na música, o compositor destaca a simpática e o conhecimento que um personagem incógnito traz como bagagem, repertório cultural. Também traz a ferinidade característica da presidente. As características apresentadas na música são remarcadas no texto pelas expressões utilizadas do cabeleireiro Celso Kamura, como “*muito simpática*”, “*ela é uma pessoa normal*”, “*mais pensativa, fala pouco*”, e “*está mais alegre e comunicativa*”, “*extremamente educada e me faz ficar à vontade*”, “*quase sempre relaxada*”, “*ficando mais segura*”, “*as reações intempestivas dela estão mais suaves*”.

Mas, Garçoni, na página 26, estabelece uma gangorra entre características femininas e masculinas, quando coloca que a presidente “*precisa ser convencida*”, “*sintoma de mudança de temperamento*”, “*tem opinião formada sobre tudo*”, “*só faz perguntas difíceis*”, “*é bronca na certa*”, “*extremamente perfeccionista*”, “*verdadeira obsessão por detalhes*”, “*primar pela objetividade*”. Esse jogo entre o feminino e o masculino marca a divisão sexual e o papel que as mulheres tem que enfrentar ao assumirem o *locus* político; o dúbio que a presidente está enfrentando ao assumir o comando do País, um lugar de excelência masculina, rompendo com contextos ideológicos arraigados à cultura ocidental. Um lugar que, até então, no Brasil, não era dividido com o “outro” sexo. Apenas o masculino se mantinha intacto e reluzente. Araújo e Biroli (*op. cit.*, p. 142) expõem que

⁷ “Com sorriso, carinho, suavidade, simpatia e amor/Esbanjando saúde e alegria/Ele vai chegar, ele vai chegar/Para animar a festa/Salve simpatia/Para animar a festa/Boa noite, boa noite, boa noite/Da ciência arcaica/À filosofia oculta e moderna/Pode perguntar/Que ele responderá/Sem pestanejar/Às vezes, as suas respostas/Ferem como uma flecha/Pontiaguda e certa/Por muito que você não acredite/É só esperar ele chegar/Para animar a festa/Salve simpatia/Para animar a festa/Boa noite, boa noite, boa noite”. Disponível em <http://letras.terra.com.br/jorge-ben-jor/86124/>. Acesso em 12/12/2011.

a divisão sexual e a atribuição das mulheres nessa divisão constituem assim um aspecto nodal tanto para inibir a presença feminina nos espaços públicos, como para se pensar em alterações capazes de reverter esta ausência.

Ao continuar a moldar o perfil de Rousseff, a jornalista utiliza o entretítulo “Criador e Criatura”, ao lembrar o leitor de que Dilma é a sucessora de Lula, o presidente mais carismático do período pós-ditatorial. Este entretítulo é uma referência clara à literatura de terror/ficção científica, do clássico Frankenstein⁸, de Mary Shelley, que abriu um debate sobre a evolução humana, apesar da má-formação da criatura. O doutor Victor Frankenstein cria um “monstro”, ao juntar pedaços de seres humanos mortos. Desta forma, Shelley apresenta assim, de forma dialética, as necessidades da natureza animalésca do homem e do progresso, do desenvolvimento como fator motivador e vital para o homem. E, no texto, há marcações para o leitor identificar se a presidente Dilma é ou será criatura em termos divinos ou um frankenstein, como *“Dilma relutou com a nomeação de vários deles, mas por insistência dos partidos e do próprio Lula, colocou-os lá”*; *“agora está criando a imagem de um governo Dilma, e não mais de um terceiro mandato de Lula”*; *“está impondo um estilo mais correto e honesto que os antecessores”*; *“a presidente está em fase de aprendizado”*; *“também não é uma grande líder, no sentido mais ambicioso, mas é respeitável no ponto de vista dos princípios”*; *“ela se diferencia de Lula, mas ainda vai precisar muito dele”*.

A jornalista retoma a comparação, na página 27, ao continuar talhando a presidente Dilma, com frases, como *“o ex-presidente Lula insistiu para que ela o mantivesse no cargo”* (referindo-se ao ministro Antonio Palocci); *“Dilma mostrou à sociedade que, apesar de amigo e conselheiro, o antecessor não interferiria tão diretamente sobre suas decisões”*. E, para afirmar que *“a presidente não está se afastando da imagem de seu criador”* mostra uma posição contrária, ao recorrer ao cientista político Amaury de Sousa: *“boa parte dos ministros ainda é da era anterior [...], que representa os olhos e ouvidos de Lula no Planalto”*.

Garçoni reassume como enunciadora e expõe que *“a relação entre criador e criatura é, e sempre será, motivo de especulação entre seus adversários”*. E, coloca, na página 28, a posição do líder da bancada petista à época, senador Humberto Costa, para tentar equilibrar o lado “animalesco” com o lado progressista da presidente: *“a oposição aposta na linha de*

⁸ Michel Jalil Fauza. **FRANKENSTEIN**: criador e criatura. Disponível em <http://www.unicamp.br/iel/site/alunos/publicacoes/textos/f00005.htm>. Acesso em 12/12/2011.

tentar construir um fosso entre ela e Lula, ressaltar diferenças, conflitos que necessariamente não existem. Ela não é herdeira do mesmo grau de conflito que havia entre PT, PSDB, DEM e o Lula”. Ao fazer esse balanceamento de opiniões, ouvindo tanto a oposição como a base, a jornalista utiliza o que Platão e Fiorin (1995, p.174) estabelecem como refutação dos argumentos contrários, ou seja,

quando se trata de um tema polêmico, há sempre versões divergentes sobre ele. Um texto, para ser convincente, não pode fazer de conta que não existam opiniões opostas àquelas que se defendem no seu interior. Ao contrário, deve expor com clareza as objeções conhecidas e refutá-las com argumentos sólidos. (PLATÃO E FIORIN, 1995, p.174)

Em seguida, usa um argumento de autoridade, ao dizer que Dilma ainda é um frankenstein mesmo para a base aliada ao seu governo, ao citar a fala do senador tucano Aloysio Nunes Ferreira, *“ela vive às sombras do antecessor. Até o ministro Paulo Bernardo (Comunicações) defendeu a candidatura dele [Lula] em 2014*”. Platão e Fiorin (*op.cit*, p.174) chamam esta situação de argumento de autoridade, isto é, o recurso que utiliza “a comprovação das teses defendidas com citações de outros textos autorizados”. Esses mesmos autores dizem que, ao utilizar esses recursos de natureza lógica, o texto fica mais consistente, pois “amarram com coerência cada uma das suas partes. Um texto desorganizado, sem articulações lógicas entre as partes e entre seus segmentos, não é convincente, não é persuasivo”.

Garçoni também busca, nas fontes, reforços para legitimar seus argumentos: *“o sociólogo David Fleischer, da Universidade de Brasília (UnB)”*; *“o cientista político Fábio Wanderley Reis, da Universidade Federal de Minas Gerais”*), entre outros. Alsina (2009, p. 165) explica que

a fonte seria o ensejo da função de recurso e constrição ao mesmo tempo, à qual o jornalista recorre com diversas intenções para concretizar sua competência de contextualização do acontecimento-notícia. (ALSINA, 2009, p. 165)

O próximo entretítulo - “Cenas dos Próximos Capítulos” - remete à chamada de capa (Senhora do Destino), pois volta ao viés novelístico, uma vez que, conforme Lopes, Boreli e Resende (*apud* TONON, 2002, p. 12), a telenovela é “um repertório de representações identitárias compartilhado por produtores e consumidores, construído no Brasil ao longo de 35 anos”. Lopes *et al* (*apud* TONON, 1997, p. 160) complementam, ao dizer que,

as telenovelas são os programas de maior audiência em toda a América Latina e sua importância cultural e política cresce continuamente porque deixam de ser apenas

programas de lazer, e se tornam um espaço cultural de intervenção para a discussão e a introdução de hábitos e valores.

Erbolato (2001, p. 245) explica que novela também pode ser considerada jornalismo diversional, isto é, aquele “que desenvolve matérias com minúcias, descrevendo o ambiente, os personagens e as ações e procurando também descobrir os sentimentos dos que participaram da história”. Como exemplo, temos a própria reportagem-perfil sobre a presidente Dilma, publicada pela Poder. Ao utilizar essa marcação, Garçonni entra em um assunto que apavora os brasileiros: inflação e a estimativa de crescer menos do que se era esperado. E o texto deixa claro que a inflação brasileira pode “*ser agravada pela queda dos juros*”. E, mais uma vez, recorre a uma fonte qualificada, para validar seu discurso: “*analisa o economista e sociólogo Ricardo Caldas, da UnB*”. E, neste ponto, ela utiliza dados estatísticos, como “*a estimativa de crescimento da economia em 2011, de 4,5%, causa inveja na maioria das nações mais ricas*”; “*a inflação fechará o ano em torno dos 7%, acima da meta do governo*”, para marcar a argumentação retórica, com o intuito de convencer o leitor de que está tudo “*sob controle no país*”. Em muitos momentos, a jornalista utiliza argumentos retóricos persuasivos, para convencer o leitor, mas o faz sob uma máscara dialética, onde utiliza vários personagens para validar ou invalidar o que diz (MOTA, anotações de aula⁹).

A jornalista volta a se referir à criatura, com a frase “*Guido Mantega, outra herança da era Lula*”. Também expõe com delicadeza o lado feminino da presidente, ao estabelecer a relação de carinho entre ela e o ministro da Fazenda, com “*Dilma se refere a ele como ‘Guidinho’. Prova que sabe afagar quando necessário*”. Mas volta ao lado ferino do “*Salve Simpatia*” da presidente, quando fala sobre a demissão de uma tradutora “*porque a moça não soube traduzir exatamente o que discursava*”.

E, o entretítulo final, “*Sem Piadas*”, refere-se aos quadros humorísticos que a retratam de modo caricato, como a Dilmaquinista, do programa humorístico global de sábado à noite, Zorra Total. Conforme Garçonni argumenta, a presidente não tem problemas com as brincadeiras, “*já declarou que gosta de se ver parodiada e em caricaturas*”. Assim, ela qualifica positivamente a presidente Dilma, ao inverter a ordem de seu humor, como se viu em outros trechos deste artigo.

⁹ Mota, Célia Ladeira. Aula sobre Argumentação. Programa de Pós- Graduação em Comunicação. Linha de Pesquisa Jornalismo e Sociedade. UnB. 17/11/2011.

Neste trecho final do perfil, Dilma é mais uma vez comparada de modo negativo a Lula por assessores e ministros, mas sem ninguém ser nominado. “*Workaholic, a presidente não faz questão de descansar. Ministros e auxiliares podem ser chamados a qualquer momento para reuniões, e isso inclui sábados, domingos e feriados - há quem sinta saudades do presidente Lula, quando muitos voltavam para casa na quinta-feira à noite*”. Aparece novamente o lado feminino, da dupla jornada, da dicotomia entre privado e público. Araújo e Biroli (2011, p. 149) explicam que

existe uma atualização das fronteiras convencionais entre o público e o privado, que confirmaria, então, o pertencimento diferenciado de homens e mulheres não só em espaços de poder, mas também na vida familiar e doméstica como seu contraponto. Antes ou independentemente da representação das mulheres feita pela mídia ser negativa ou positiva, conclui-se que a visibilidade está vinculada diretamente a uma divisão convencional do trabalho. Logo, a divisão sexual do trabalho convencional orienta e organiza a visibilidade antes e independentemente de que se possa considerá-la como negativa ou como positiva. Portanto, os dados parecem mostrar muito mais uma naturalização do pertencimento a determinados campos da vida social do que necessariamente o que se poderia chamar de um tratamento negativo ou de um tratamento discriminatório num sentido mais aberto. [...] Os discursos se modificaram, sem, porém, superar uma dualidade entre feminino e masculino que é apresentada em correspondência à dualidade entre esfera doméstica e esfera pública. Essa dualidade está conectada a valores e prescrições de comportamento.

O jogo de vai e vem feito por Garçonni mostra as várias facetas da presidente e, mais uma vez, Dilma é retratada por características mais masculinas e militarizadas, ao retratar as reuniões com as ministras: “*Dilma também não tolera descontração demais na hora de despachar*”; “*os encontros com as ministras mais importantes do governo não acabam em conversas femininas*”; “*a presidente escalou três mulheres de perfis parecidos com o seu próprio para ajudar a remar o barco*”. Frases como estas mostram que a presidente Dilma é retratada como uma comandante-em-chefe¹⁰, bastante disciplinadora e disciplinada da nau brasileira.

Garçonni termina sua matéria com a seguinte frase: “*ela sabe que é preciso quebrar os ovos para fazer uma omelete*”. Frase de domínio feminino há séculos, pois é a mulher que cuida da alimentação da família e detém os segredos culinários, deixa no ar uma ambiguidade, um não-dito, que se torna mais uma pergunta: será que mais ministros (homens) irão cair e Dilma fará um ministério só de mulheres? Só o tempo dirá.

¹⁰ Houaiss (*op.cit.*, p. 766) explica o verbete como “posto atribuído a altas patentes militares em exercício de comando de exércitos, grupo de tropas ou de corpos da armada, ou de um comando operacional interarmas, mas que recebe ordens do comando supremo; comandante-chefe”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nos conceitos abordados, percebe-se que a identidade da presidente Dilma foi construída pela jornalista Inês Garçoni para a revista Poder – Joyce Pasowitch sobre uma visão do que o outro vê e conhece culturalmente sobre a presidente. Estas percepções múltiplas que se revelam ao longo do texto constroem uma imagem por meio dos discursos culturais. Verón (*apud* FAUSTO NETO, 2002, p. 197) explica que

é impossível conceber qualquer fenômeno de sentido à margem do trabalho significante de uma cultura, seja ela qual for e, por conseguinte, fora de uma sociedade determinada.

A jornalista também usa, em toda a construção de seu texto, metáforas alusivas ao repertório cultural do leitor mediano. Uma vez que, nos entretítulos, usa expressões conhecidas e usadas no cotidiano, na literatura, na música, como “*cenar dos próximos capítulos*”, “*criador e criatura*”, “*salve simpatia*”, “*sem piadas*”. E reforça no texto todos os sentidos construídos pelas práticas simbólicas e pelos sistemas simbólicos que o processo cultural da representação necessita para estabelecer a identidade do indivíduo em questão: a presidente Dilma Rousseff.

Garçoni amarra a teia textual à linha editorial da revista Poder e oferece ao leitor as referências para que siga a trama, construídas pela enunciativa por meio de seus questionamentos e colocações (pertinentes ou não). É fundamental que a jornalista assuma o papel de intermediadora, pois como explicou Alsina, o jornalista se transforma em produtor da realidade social, ou seja, na realidade que é passível de ser conhecida pelo público.

O uso de alguns termos e expressões, como “*bastidores do Planalto*” (para descrever o local onde a presidente trabalha); “*senhora do destino*” (a mulher que assumiu seu lugar no poder) e “*cenar dos próximos capítulos*” (como os próximos passos de seu governo), também remetem a divisão do mundo real entre homens e mulheres, a eterna dialética espaço privado e espaço público.

E, é de forma contraditória, que as qualificações da presidente Dilma chegam ao público leitor da Poder. A presidente é vista em situações em que os seus dois lados (feminino *versus* masculino) se chocam. O texto é todo referenciado com várias expressões, onde a jornalista mostra que Dilma tem um lado masculino e de comandante-em-chefe muito forte. E, em alguns espaços, Garçoni permite que a presidente seja mulher, feminina, sensível.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARAÚJO, C.; BIROLI, F. **Mulheres, Mídia e Política**. In ABREU, M. A. (org.). *Redistribuição, Reconhecimento e Representação: diálogos sobre igualdade de gênero*. Brasília: IPEA, 2011.
- ALSINA, M. R. **A Construção da Notícia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
- BENAZZI, J.R.S.C. **Reflexividade, Individualização e Identidade**: um estudo das influências na comunicação mercadológica contemporânea. Trabalho apresentado ao NP 03 - Publicidade, Propaganda e Marketing, do XXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação da Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. XXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – UERJ – 5 a 9 de setembro de 2005.
- BRASIL. **Revista Mundo Afora**: políticas de promoção de igualdade de gênero. Ministério das Relações Exteriores. n°7. Brasília, 2011.
- COULTHARD, M. **Linguagem e Sexo**. São Paulo: Ática, 1991.
- DIJK, T. A. van. **Discurso e Poder**. São Paulo: Contexto, 2010.
- ERBOLATO, M. **Técnicas de Codificação em Jornalismo**: redação, captação e edição no jornal diário. São Paulo: Ática, 2001.
- FAUSTO NETO, A. A Deflagração do Sentido: Estratégias de produção e de captura da recepção. In SOUSA, M.W. (org.). **Sujeito, o lado oculto do receptor**. São Paulo: Brasiliense, 2002.
- FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2011.
- HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2011.
- HOUAISS, A. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- MOTA, C.L. **Argumentação**. Anotações de aula. Programa de Pós- Graduação em Comunicação. Linha de Pesquisa Jornalismo e Sociedade. UnB. 17/11/2011.
- ONU. CEPAL - Programa de Las Naciones Unidas para el Desarrollo, 2011. **Aportes para el desarrollo humano em Argentina 2011**: Género em cifras: mujeres y varones em La sociedad argentina. 1.ª Ed. Buenos Aires, Argentina, 2011. Disponível em www.pnud.org.ar. Acesso: 20/10/2011.
- PINTO, M. J. **Comunicação & Discurso**. São Paulo: Hackers Editores, 1999.
- PLATÃO, F.; FIORIN, J. L. **Para entender o texto**: leitura e redação. São Paulo: Ática, 1995.
- SÓRIA, C. B. **A Revista Brasileira e a Mulher**: uma relação de gênero na questão trabalho. Agosto de 2003. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Universidade Tuiuti do Paraná (UTP-PR). Curitiba, PR.
- THOMPSON, J.B. **Ideologia e Cultura Moderna**: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
- TONON, J.B. **Telenovelas e Representações Sociais**: em estudo de caso sobre "Mulheres Apaixonadas". Disponível em <http://www.bocc.ubi.pt/pag/tonon-joseana-burguez-telenovelas-represenacoes-sociais.html>. Acesso em 12/12/2011.
- WOODWARD, K. Identidade e Diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, T.T. (org.). **Identidade e Diferença**: A Perspectiva dos Estudos Culturais. 11 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.